



Aposentadoria por invalidez será integral para servidor



Waldemir Barreto/Agência Senado

Walter Pinheiro, José Sarney, Eduardo Braga e Alvaro Dias em Plenário: emenda será promulgada em sessão solene, nos próximos dias

Proposta aprovada ontem pelo Senado também garante paridade com o pessoal da ativa e será promulgada logo

União, estados, Distrito Federal e municípios terão 180 dias, a partir da entrada em vigor da medida, para se adequar à nova regra. Aprovada por unanimidade em Plenário, a proposta de emenda constitucional alcança pensões e aposentadorias concedidas desde 1º de janeiro de 2004. Também ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou aposentadoria especial para pessoas com deficiência. **5**

Deve ir à sanção projeto que obriga banco a fornecer recibo de dívida quitada **8**



Cid Gomes (CE), Helenilson Pontes (PA), Marconi Perillo (GO), Eunício Oliveira, Delcídio do Amaral, Colombo (SC) e Casagrande (ES)

Jefferson Ruy/Agência Senado

Compromisso do governo permite aprovação da MP da Defesa Civil **6**

Casildo Maldaner relatou texto que trata da prevenção de calamidades



Waldemir Barreto/Agência Senado

Guerra fiscal opõe governadores e União

Quatro governadores e um vice-governador defenderam a manutenção dos incentivos que aumentam a arre-

cação dos estados, mas representante do governo federal considerou que a prática prejudica a indústria. **3**

Comissão entrega sugestões sobre pacto federativo em junho **2**

Portadores de Síndrome de Down têm homenagem no Congresso **2**

Debate aponta falhas no socorro a vítima de violência **7**



Lia de Paula/Agência Senado

Aparécida Gonçalves, representante do governo, fala à CPI da Violência contra a Mulher, relatada por Ana Rita (E)

Aprovadas datas comemorativas da Poesia, da MPB e outras **27**

Também foram criados dias nacionais do Turismo, do Ouvidor, da Educação Ambiental e do Municipalista Brasileiro. **8**

Colegiado de especialistas que vai assessorar o Senado terá 60 dias para apresentar sugestões que melhorem a relação entre municípios, estados e União. Fim da guerra fiscal é uma das prioridades

Pacto federativo: trabalhos começam em 12 de abril

A COMISSÃO ESPECIAL de notáveis que apresentará propostas para um novo pacto federativo, sugerindo mudanças na relação entre municípios, estados e União, será instalada em 12 de abril e terá 60 dias para concluir os trabalhos. A informação foi dada pelo ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim, que vai presidir o colegiado de especialistas. Ele se reuniu ontem com o presidente do Senado, José Sarney.

— A comissão deverá examinar as questões federativas na sua amplitude, como mecanismo de assessoria do Senado. Não é algo que vai cair do céu, como se um grupo de juristas ou de técnicos chegasse aqui para dizer o que o Senado deve fazer — disse o ex-ministro da Defesa.

A comissão especial foi criada sexta-feira passada por meio de ato do presidente do Senado. A equipe inclui juristas, economistas e cientistas políticos com intensa atuação em questões federativas.

Segundo Jobim, os especialistas do colegiado poderão contribuir também com questões que já estão sendo discutidas no Congresso, como a uniformização da cobrança de ICMS para operações interestaduais de bens importados ou a distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Federalismo fiscal

Pedro Taques (PDT-MT), que sugeriu a criação da comissão, afirmou ontem que o federalismo fiscal e os critérios de repasse do FPE devem ser revistos. Em sua opinião, esses são os pontos fundamentais para a harmonia entre os três entes federados.

Sobre o FPE, Taques alertou que o atual modelo de distribuição de recursos foi considerado inconstitucional pelo STF e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2012.

— O Congresso Nacional tem que agir e criar uma lei que estabeleça novos critérios para o FPE — assinalou o senador.

Na avaliação do parlamentar, os congressistas também precisam debater o federalismo do ponto de vista financeiro, com vistas a evitar a guerra fiscal vertical (entre União e os demais entes federados) e horizontal (entre os estados). Ele observou que, atualmente, na divisão do bolo tributário, a União fica com a maior parte

dos recursos, o que compromete as finanças dos estados e municípios.

Para a redução de desigualdades regionais e a manutenção do equilíbrio entre o poder central da União e a descentralização das políticas e recursos públicos, o parlamentar avalia

que é necessário debater os modelos de segurança pública e do Sistema Único de Saúde (SUS).

— A segurança pública é responsabilidade que a União passa para os estados, assim como o SUS — argumentou o senador.



Presidente do grupo, Jobim anuncia data de início após reunião com Sarney

Na CAE, temor de esvaziamento das comissões

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a criação do grupo de notáveis encontrou forte resistência. Ricardo Ferreira (PMDB-ES) chegou a defender a suspensão das votações sobre pacto federativo. Para ele, o novo grupo esvazia as comissões permanentes.

— É preciso encontrar uma forma coordenada e coerente de fazer o debate — alertou o senador.

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), acrescentou que comissões especiais não contribuem para o trabalho legislativo e apoiou o debate nas comissões permanentes.

Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que a existência de consultores e senadores competentes dispensa a convocação de notáveis.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Francisco Dornelles (PP-RJ) não se opuseram. Casildo disse ver a oferta de um “algo mais”, e Dornelles ponderou que é preciso aguardar as sugestões dos notáveis.

Em Plenário, elogios à criação de colegiado

A instalação da comissão foi elogiada por vários senadores em Plenário. Para o presidente José Sarney, a colaboração não vai atrapalhar os trabalhos do Senado. Ele agradeceu aos integrantes do colegiado e fez questão de ressaltar que não haverá ônus.

— O trabalho vai ajudar nas decisões do Congresso — afirmou.

Para Renan Calheiros (PMDB-AL), o pacto federativo é questão urgente. O senador defendeu que é preciso também priorizar a troca do indexador das dívidas dos estados, IGP-DI, que não reflete, segundo ele, o atual momento econômico.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que reavaliar a federação é o grande desafio do momento para a Casa. Vital do Rêgo (PMDB-PB) classificou a criação do colegiado como “histórica”.

Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou que a CCJ e a CAE também discutem o assunto. Ele elogiou a capacidade técnica dos membros da comissão.

Dia Internacional da Síndrome de Down será celebrado às 10h

Com apresentação de novas ações afirmativas e o lançamento do Portal Movimento Down, o Senado realiza hoje, às 10h, no Salão Negro do Congresso, cerimônia para marcar o Dia Internacional da Síndrome de Down.

O presidente José Sarney, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e o deputado Romário (PSB-RJ), promotores do evento, apresentarão o protocolo clínico para a síndrome de Down, que estabelece

procedimentos padronizados para o atendimento em toda a rede de saúde. O Portal Movimento Down, espaço dedicado a troca de informação e orientação, será apresentado por Breno Viola, portador da síndrome e coordenador de conteúdo do site.

Na solenidade, serão homenageadas pessoas e instituições que realizam ações concretas e bem sucedidas em favor dos portadores da síndrome de Down.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após a ordem do dia serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Reforma política

11h Na pauta da sessão deliberativa, projetos que integram a reforma política. Às 14h, pauta trancada por duas medidas provisórias.

Presidência Assembleia Popular da China

9h30 José Sarney recebe o vice-presidente editorial das Organizações Globo, João Roberto Marinho; às 10h, participa da cerimônia do Dia da Síndrome de Down; às 11h, recebe o ministro do STJ Villas Bôas Cueva; às 12h, o vice-presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional da China, Wang Zhaoguo.

CCT Internet de banda larga

9h O Plano Nacional de Banda Larga e as deficiências de transmissão de dados via internet, com ênfase na região Norte, são tema de debate na comissão. Participam da audiência o secretário executivo do Ministério das Comunicações, Cezar Alvarez, entre outros.

CAS Dedução de medicamentos no IR

9h Reunião da Comissão de Assuntos Sociais para analisar, entre outros, projeto que altera a legislação para prever a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do Imposto de Renda.

CE Avaliações no ensino básico

10h A Comissão de Educação promove audiência pública sobre as avaliações realizadas pelo Ministério da Educação no ensino básico. Entre os participantes, o ex-secretário de Educação e Cultura da Paraíba Neroaldo Pontes.

CCJ Atendimento à vítima de estupro

10h A Comissão de Justiça e Cidadania analisa projeto que trata da organização e funcionamento dos centros de atendimento integrado à mulher vítima de estupro. Outra proposta em pauta trata da reforma administrativa do Senado.

Síndrome de Down Celebração do Dia Internacional

10h Cerimônia, no Salão Negro do Congresso, destinada a comemorar o Dia Internacional da Síndrome de Down, de iniciativa do senador Lindbergh Farias e do deputado federal Romário.

CCJ/CAE ICMS sobre importação

14h Audiência conjunta para instruir o projeto de resolução que uniformiza a cobrança do ICMS para operações interestaduais com produtos importados.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Representante do governo federal alega que incentivos fiscais para importados prejudicam a indústria nacional, mas governadores alertam para situação de insolvência

União e estados divergem sobre guerra fiscal

O PRIMEIRO DEBATE no Senado sobre o projeto que zera a alíquota de ICMS sobre bens e mercadorias importados, ontem, deixou clara a divergência entre os governos estaduais e a União a respeito da chamada guerra fiscal.

Os quatro governadores e o vice-governador presentes defenderam a manutenção dos incentivos que aumentam a arrecadação de seus estados, enquanto o representante do governo federal condenou a prática, por prejudicar a indústria nacional. A audiência conjunta das comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) discutiu o PRS 72/10, de Romero Jucá (PMDB-RR).

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, disse que a “guerra fiscal dos portos” reduz o ICMS sobre importados de 18% para 12% no estado onde foi desembarcado e para 6% no estado onde será vendido.

Favorecimento

Barbosa explicou que a alíquota aplicada pelo estado de origem recebe um subsídio, chamado crédito presumido, de 75% sobre o valor do imposto. Assim, a alíquota de 12% cai, na prática, para 3%, o que acaba funcionando como taxa de câmbio favorecida.

O produto importado, então, paga, no total, 9% de ICMS: 3% no estado de origem e 6% no estado de destino. Isso gera competição predatória ao produto nacional, que, sem subsídios, paga 18% de ICMS. Os estados de origem ganham com o estabelecimento de empresas importadoras em seu território e com a movimentação de seus portos.

Barbosa acrescentou que a desindustrialização do Brasil fez o setor voltar ao patamar de 2008. Ele ressaltou que aprovação do PRS 72/10 iria diminuir a incerteza jurídica.

— O governo entende a lógica dos benefícios, mas eles estão causando mais prejuízos para toda a economia do país do que benefícios para alguns estados — disse Barbosa.

Hoje haverá nova audiência pública sobre o tema.



Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Delcídio (3º à dir.) fala na audiência conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça, presidida por Eunício (4º à dir.)

Governadores preveem falências e demissões

O governador de Goiás, Marconi Perillo, afirmou na audiência da CCJ e da CAE que o pacto federativo está “ferido de morte”. Ele lembrou visita de 14 governadores, há algumas semanas, aos presidentes da Câmara dos Deputados, Marco Maia, e do Senado, José Sarney, para mostrar a situação falimentar das unidades federativas.

Marconi disse que, no aspecto econômico, a aprovação do PRS 72/10 diminuiria em R\$ 1,9 bilhão a arrecadação do seu estado — que chegou a R\$ 9 bilhões ano passado —, “o que significaria a falência de Goiás”. Disse também que haveria demissão de centenas de milhares de trabalhadores, decorrente do fechamento de fábricas e de exonerações. Marconi considera o PRS 72/10 “inconstitucional, pois estabelece tratamento distinto para produtos de acordo com a procedência”.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, afirmou que, se aprovada a resolução, 44 municípios capixabas terão dificuldade em cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele previu que 60% das empresas que importam bens e mercadorias sairão do estado. Na avaliação dele, a mudança imediata levaria vários estados à insolvência.

Raimundo Colombo, governador de Santa Catarina,

afirmou que seu estado perderia R\$ 950 milhões. Citando a indústria têxtil catarinense, que reencontrou o equilíbrio financeiro importando e fazendo beneficiamento, ele disse entender que “a importação, em si, não é um mal. No entanto, a aprovação da resolução vai aumentar a concentração econômica, levando a importação de insumos para os estados mais pujantes”.

Desindustrialização

O governador do Ceará, Cid Gomes, reconheceu que seu estado vem enfrentando um processo de desindustrialização em alguns setores, como o calçadista, no qual é líder em exportações, mas disse que a alíquota não deve ser alterada de uma hora para outra, sob pena de prejudicar os estados que têm no ICMS sobre produtos importados uma de suas principais fontes de arrecadação.

O vice-governador do Pará, Helenilson Cunha Pontes, lamentou que o Senado, em vez de discutir a reforma fiscal, discuta sobre alíquota especial para importados, “que vai prejudicar três ou quatro estados”. Ele disse que seu estado não é recompensado pelo esforço para a exportação, perdendo cerca de R\$ 1 bilhão de arrecadação com a desoneração dos produtos exportados prevista na Lei Kandir.

Relator quer suspender tramitação da proposta

O relator do PRS 72/10 na CCJ, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), afirmou estar em dúvida sobre a constitucionalidade da proposta. Para ele, o Senado estaria infringindo a lei ao “suprimir a autonomia de governadores”.

Ferraço defendeu a suspensão da tramitação da proposta para que ela seja discutida mais amplamente. A ideia é levar a análise de todos os projetos relacionados a estados e municípios para a comissão especial de notáveis criada para discutir o pacto federativo. A sugestão recebeu apoio de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ferraço argumentou também que os apelos dos governadores não podem ser ignorados.

— Governo e Senado não

podem passar como trator em cima dos estados — disse.

A questão dividiu a opinião dos senadores na audiência. O autor da proposta, Romero Jucá, reforçou que o PRS 72/10 deve ser votado com urgência. Armando Monteiro (PTB-PE) argumentou que os incentivos fiscais à importação são prática “lesiva aos interesses do país”.

Paulo Bauer (PSDB-SC), Magno Malta (PR-ES) e Cyro Miranda (PSDB-GO), senadores de estados que concedem incentivos, disseram que o projeto não pode ser votado de “afogadilho”. Blairo Maggi (PR-MT) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) concordaram que incentivos a importados prejudicam a indústria nacional, mas defenderam mais discussões entre União e estados.

Fiesp e CUT apontam aumento do desemprego

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, afirmou que a desindustrialização no país gerou perda de 915 mil empregos nos últimos dez anos. Ele admite que governadores e senadores defendam os interesses de seus estados, mas advertiu que esses interesses não podem se sobrepor aos da nação.

O aumento do desemprego foi confirmado por João Caires, diretor da CUT. Ele afirmou que as empresas estrangeiras já recebem, em seus países, incentivos para exportar e conseguem no Brasil mais incentivos ainda. Os incentivos dos estados, declarou, estão ajudando a criar mais empregos na China, na Coreia do Sul e em outros países.

Lídice pede compensação para estado que perderá receita

Em pronunciamento, Lídice da Mata (PSB-BA) disse que votará a favor de medidas econômicas que recuperem a indústria nacional, mas afirmou que é preciso buscar mecanismos de compensação para os estados que atualmen-

te adotam diferentes alíquotas fiscais.

Neste momento, ressaltou Lídice, o Senado discute o projeto que uniformiza a cobrança do ICMS sobre importados. Ela disse que o Brasil vive um processo de desindustrializa-

ção que se arrasta há muitos anos, o que justifica a adoção de medidas que reequilibrem a balança comercial e a capacidade industrial.

No passado, ressaltou a senadora, muitos estados, sobretudo do Nordeste, en-

contraram na adoção de diferentes alíquotas fiscais a oportunidade de conquistar receitas e organizar suas economias. A aprovação do projeto, portanto, deveria levar as autoridades a pensar em mecanismos de compensação.



Lídice da Mata discursa sobre ICMS



Demóstenes Torres (C) fala durante sessão plenária: senador nega ter cometido irregularidade em suas relações com empresário do ramo de jogos

Senadores votam reforma política hoje, em sessão extraordinária

Entre as propostas da pauta, coligações eleitorais, redução nos suplentes de senador e regras para desfiliação partidária sem perda de mandato

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, confirmou a realização de sessão extraordinária hoje, às 11h, para análise de projetos sobre reforma política.

A PEC 40/11, que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias (para presidente da República, senador, governador e prefeito), passa pela quinta e última sessão de discussão no Plenário. No entanto, a votação poderá ser adiada caso a matéria receba emendas de Plenário, que deverão ser analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Outra proposta é a PEC 37/11, que reduz de dois para

um o número de suplentes de senador e proíbe que o suplente seja cônjuge ou parente do titular. Também estabelece que sejam convocadas novas eleições no caso de vacância permanente do cargo.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 266/11 prevê que não ocorrerá perda de mandato quando a desfiliação partidária ocorrer por justa causa, ou seja, por incorporação ou fusão de legenda, desvio de programa partidário ou grave discriminação pessoal.

A CCJ, que havia aprovado a proposta, excluiu a criação de novo partido como justa causa para desfiliação partidária, mas essa possibilidade

foi reapresentada em emenda de Plenário.

Um dos temas mais polêmicos da reforma voltou para exame da CCJ: a PEC 43/11, que cria o sistema eleitoral proporcional de listas fechadas nas eleições para a Câmara dos Deputados.

A matéria, que tramita em conjunto com a PEC 23/11, foi rejeitada na comissão, mas recebeu recurso para votação em Plenário. As propostas voltaram à CCJ por conta de requerimento para que tramitem em separado.

Das 11 proposições apresentadas pela Comissão da Reforma Política ao presidente do Senado, José Sarney, duas

já foram aprovadas: o PLS 265/11, que veda a transferência de domicílio eleitoral de prefeito e vice durante o exercício do mandato, e o PLS 267/11, que trata da cláusula de desempenho partidário nas eleições. Ambas passaram pela CCJ terminativamente e foram enviadas à Câmara.

Os senadores rejeitaram duas propostas apresentadas pela Comissão de Reforma: a PEC 39/11, que acaba com a reeleição para presidente, governador e prefeito, e a PEC 41/11, que acaba com a exigência de filiação partidária para candidatos em eleições municipais. As matérias foram enviadas ao arquivo.

Requião diz que é perseguido por denunciar irregularidades

Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que está sofrendo perseguição por denunciar o mau uso e a apropriação indébita do dinheiro público. Ele informou que, recentemente, foi condenado pela Justiça do Paraná, em primeira instância, a pagar R\$ 30 mil ao ex-governador do estado Jaime Lerner, em um processo em que o senador é acusado de difamação.

Conforme o parlamentar, Lerner o processou por Requião ter declarado que

o ex-governador havia sido condenado a três anos e seis meses de prisão por irregularidades sobre concessão de pedágios. Requião alega que fez a afirmação com base em notícia “publicada pelo Google” antes de a condenação de Lerner ter sido oficializada.

— Quando voltei a procurar a mesma notícia na internet, ela “havia desaparecido” — contou o senador.

Posteriormente, prosseguiu Requião, Jaime Lerner foi realmente condenado.

Jarbas Vasconcelos critica decisão do TSE que limita uso do Twitter

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que proibiu candidatos e partidos de usarem o Twitter antes do início da propaganda eleitoral, em 6 de julho.

O senador disse que o brasileiro compra produtos e declara o Imposto de Renda pela internet, além de ter forte presença nas redes sociais. Além disso, para ele, a internet é uma espécie de democracia que não pode ser cerceada.

Jarbas anunciou apoio à



Jarbas anuncia apoio ao PPS, que vai recorrer ao STF para anular decisão

decisão do PPS de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para anular a decisão do TSE.

Partidos querem saber nomes de pessoas ligadas a Cachoeira

O líder do bloco de apoio ao governo, Walter Pinheiro (PT-BA), apresentou à Procuradoria-Geral da República pedido de informações sobre parlamentares que possam estar envolvidos com o empresário do ramo de jogos Carlinhos Cachoeira. O PDT, o PSOL e o PSB assinaram o pedido apresentado pelo PT.

Reportagens indicaram haver amizade entre o empresário e Demóstenes Torres (DEM-GO). Cachoeira foi preso na Operação Monte Carlo, da Polícia Federal. Segundo denúncias, ele mantém relações próximas com parlamentares.

Em pronunciamento, Demóstenes negou ter cometido irregularidade em suas relações com Cachoeira. O parlamentar exigiu investigação.

Segundo Walter Pinheiro, é injusto que uma investigação sigilosa tenha supostas conversas telefônicas e gravações de vídeos entre o acusado e membros do Congresso divulgadas pela imprensa sem que os mencionados saibam se precisam se defender.

Por isso, disse Pinheiro, se os fatos estão na esfera do Ministério Público, da Justiça Federal e da Polícia Federal, o procurador-geral da República deve averiguar se há indícios contra parlamentares e enviar a investigação para o Supremo Tribunal Federal.

— Para que o processo ganhe curso e a apuração transcorra de forma vigorosa, sem utilização das informações com chantagem, ameaças — declarou o líder.

Pedro Taques (PDT-MT) disse ter apresentado requerimento, com Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), para que o Senado solicite ao procurador-geral informações a respeito do suposto envolvimento de parlamentares.

— Isso tem que ser feito em nome do Congresso.

Randolfe pede que Estatuto da Juventude ganhe urgência

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu aos líderes dos partidos no Senado que aprovem o regime de urgência para o projeto do Estatuto da Juventude (PLC 98/11).

A sugestão foi feita ontem, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde Randolfe será relator do projeto.

Para o senador, o texto precisa ser aprovado até o meio do

ano. Caso contrário, não sairá do Senado em 2012.

— Nosso maior adversário é o prazo. Se não conseguirmos votar em Plenário até junho ou julho, não conseguiremos mandá-lo para a Câmara neste ano, que é ano eleitoral.

Aprovado pela Câmara no final de 2010, o texto já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), também sob a relatoria de Randolfe Rodri-

gues, e ainda passará pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Educação (CE) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

A ida do projeto para a CMA foi incluída após a aprovação, em Plenário, de requerimento de Sérgio Souza (PMDB-PR) com esse fim. Para Randolfe Rodrigues, a aprovação do requerimento foi “um retrocesso” e pode atrasar ainda mais a tramitação do projeto:

— O ideal seria que nós passássemos com a matéria pela CAS e pela CDH e, em seguida, conseguíssemos a urgência para que a matéria fosse direto para o Plenário, porque o projeto ainda vai ter que voltar para a Câmara dos Deputados.

Um dos pontos mais polêmicos da proposta é o desconto de 50% para os jovens na compra de ingressos para espetáculos culturais e de lazer.

O número de ingressos com desconto, segundo o relatório aprovado pela comissão, será de no mínimo 50% do total disponível para cada evento com financiamento público. Para os demais eventos, o mínimo de ingressos com desconto será de 40%.

Além disso, o relator incluiu no texto a previsão de desconto para jovens comprovadamente carentes, ainda que não sejam estudantes.

Alvaro Dias e Pedro Simon querem CPI sobre corrupção na saúde



O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), anunciou que começou a coletar assinaturas para a criação de CPI mista para apurar denúncias de corrupção na saúde pública.

Ele afirmou que já tem dez das 27 assinaturas necessárias no Senado para a instalação da comissão. A ideia recebeu o apoio de Pedro Simon (PMDB-RS), que pediu à presidente Dilma Rousseff empenho para moralizar o setor.

Alvaro disse que “não se trata de uma CPI para investigar o governo federal, mas fraudes em todas as esferas”.

— O meu partido governa vários estados e municípios. Certamente fatos ligados a eles também serão focalizados por essa CPI, que vai buscar a origem dos desvios e propor, quem sabe, alternativas para uma saúde pública de melhor qualidade — defendeu.

Os dois senadores mencionaram reportagem veiculada no último domingo, pela Rede Globo, que mostra tentativa de corrupção e fraude por parte de empresas fornecedoras do Hospital de Pediatria da UFRJ. Simon destacou que a corrupção no Brasil desvia cerca de R\$ 100 bilhões por ano.

— Com a saúde a gente não gasta nem R\$ 80 bilhões. Imaginem se a presidente iniciar uma campanha no sentido da ética nesse setor, que belo trabalho ela pode fazer! — disse.

DAVIM: DEVE SER HEDIONDO CRIME COM VERBAS DA SAÚDE



O caso de corrupção envolvendo fornecedores do Hospital de Pediatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, denunciado pelo programa *Fantástico*, comprova a

necessidade de endurecimento da legislação contra o mau uso de verbas públicas, disse Paulo Davim (PV-RN).

O senador pediu que o Congresso “mostre que não é mero espectador” e aprove projeto (PLS 224/11) de sua autoria, em tramitação na CCJ, que torna crime hediondo o desvio de patrimônio e recursos públicos destinados à saúde.

ÂNGELA PORTELA PEDE QUE “CADA UM FAÇA SUA PARTE”



Ângela Portela (PT-RR) comemorou a escolha da saúde pública como tema da Campanha da Fraternidade de 2012 e expressou indignação e revolta com o esquema de

fraudes de licitações em hospitais do Rio de Janeiro mostrado no programa *Fantástico*. Para a senadora, “é hora de cada um fazer a sua parte: o governo, investigando; o Judiciário, punindo; a sociedade, fiscalizando as administrações e seus dirigentes; e o Legislativo, aperfeiçoando as leis atuais para punir com mais rigor a ação de quadrilhas”.

Proposta foi aprovada por unanimidade e será promulgada em sessão solene do Congresso nos próximos dias. União, estados e municípios terão 180 dias para rever aposentadorias e pensões concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004

Servidor aposentado por invalidez terá proventos integrais e paridade

POR UNANIMIDADE, O Plenário aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/12, que garante a servidores públicos aposentados por invalidez proventos integrais e paridade ao pessoal da ativa. A proposta vai ser promulgada em sessão solene do Congresso nos próximos dias, explicou Marta Suplicy (PT-SP), que presidiu os trabalhos.

A PEC determina que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, com suas respectivas autarquias e fundações, façam, no prazo de 180 dias da entrada em vigor da emenda, a revisão das aposentadorias e pensões delas decorrentes concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004.

Os dois turnos de discussão e votação da PEC, exigidos pela Constituição, foram realizados ontem em sessões extraordinárias abertas em sequência, graças a acordo de líderes.

As emendas de redação apresen-

tadas pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça, Alvaro Dias (PSDB-PR), apenas transferem a matéria das disposições transitórias para os dispositivos permanentes da Constituição. A apresentação de emendas de mérito obrigaria o retorno da proposta à Câmara, o que retardaria a tramitação da proposição, de autoria da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), que acompanhou a votação do Plenário.

“Erro histórico”

Alvaro disse que a aprovação corrige um erro histórico que existia desde a promulgação da Emenda Constitucional 41/03. Com a aprovação da PEC 5/12, explicou, o servidor público poderá receber proventos equivalentes à sua última remuneração, com vinculação permanente entre proventos de aposentados e a remuneração da ativa, incluindo a extensão aos inativos de todas as

vantagens concedidas aos ativos.

Durante a discussão da matéria, manifestaram apoio à proposta os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Walter Pinheiro (PT-BA), Ana Amélia (PP-RS), Lídice da Mata (PSB-BA), Renan Calheiros (PMDB-AL), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Cícero Lucena (PSDB-PB), Aécio Neves (PSDB-MG), José Pimentel (PT-CE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Romero Jucá (PMDB-RR), Wellington Dias (PT-PI), Demóstenes Torres (DEM-GO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Francisco Dornelles (PP-RJ), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Sérgio Souza (PMDB-PR).

Cícero defendeu a garantia de benefício similar aos trabalhadores da iniciativa privada e adiantou que vai apresentar outra PEC com esse objetivo.



Entre Sarney, Pinheiro e Marta, Alvaro Dias (C) apresenta o relatório com emendas apenas de redação, evitando que a proposta volte à Câmara

Comissão aprova aposentadoria especial para pessoa com deficiência

Prevista na Constituição desde 2005, a aposentadoria especial para pessoa com deficiência poderá finalmente se tornar realidade. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto (PLC 40/10 — Complementar) que dá o direito a mais de 300 mil trabalhadores.

O texto aprovado foi discutido com o Ministério Público, a Defensoria Pública e entidades da sociedade civil, segundo o relator, Lindbergh Farias (PT-RJ). Por sugestão de Alvaro Dias (PSDB-PR), caminha em regime de urgência para o Plenário.

O texto prevê quatro hipóteses para aposentadorias de pessoa com

deficiência: com deficiência grave, que poderá se aposentar com 25 anos de contribuição se homem ou 20 se mulher; com deficiência moderada, com 29 ou 24 anos de contribuição; com deficiência leve, com 33 ou 28 anos de contribuição; independentemente do grau de deficiência, aos 60 anos de idade se homem ou 55 anos se mulher — aqui, é preciso ter cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 anos e comprovar a existência da deficiência nesse período. A deficiência terá de ser atestada pelo INSS.

Apesar da previsão constitucional, o INSS não concedia essa aposentadoria por falta de regulamentação.

Votação sobre nova previdência de servidor é adiada para terça-feira

Pedido de vista coletiva adiou para a próxima terça-feira a votação do relatório de José Pimentel (PT-CE) ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/12 que institui regime de previdência complementar para servidores federais. Relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Pimentel propôs a rejeição de 33 emendas de senadores. O projeto tramita simultaneamente na CAE e nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição e Justiça (CCJ).

No curto prazo, haverá aumento da despesa pública, segundo Pimentel. Uma das razões, diz ele, é que a redução da arrecadação coincidirá com o gasto para aporte de recursos às três novas entidades de previdência complementar — uma para cada Poder.

Ele explicou, no entanto, que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que o novo regime provocará aumento de despesa de cerca de 0,04% do produto interno bruto (PIB) no ano da sua instituição, chegando a 0,11% no 15º ano e decrescendo a partir daí até ser zerada no 28º ano. Em 55 anos, a economia será de 0,22% do PIB, de acordo com o estudo do Ipea.

Condições para a aposentadoria especial

O substitutivo aprovado pela comissão prevê quatro hipóteses para a aposentadoria de trabalhadores com deficiência

GRAU DE DEFICIÊNCIA	HOMEM	MULHER
Grave	• 25 anos de contribuição	• 20 anos de contribuição
Moderado	• 29 anos de contribuição	• 24 anos de contribuição
Leve	• 33 anos de contribuição	• 28 anos de contribuição
Qualquer grau	• 15 anos de contribuição • 60 anos de idade • comprovação da existência da deficiência por 15 anos	• 15 anos de contribuição • 55 anos de idade • comprovação da existência da deficiência por 15 anos

Mozarildo quer que Roraima possa importar gasolina

Na Venezuela, a gasolina custa R\$ 0,48 o litro, contra o preço médio de R\$ 2,89 em Roraima, afirmou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador reiterou apelo que tem feito desde 2001 ao governo federal de que seu estado possa importar combustível daquele país. O litro de diesel, que em Roraima custa R\$ 1,35, no país vizinho, ressaltou, custa R\$ 0,02.

— Se houver uma medida para eliminar as desigualdades regionais, tem que haver medidas que beneficiem os estados mais fracos — disse.

Mozarildo assinalou que deverá ter em breve audiência com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão para tratar da questão.



Mozarildo afirma que combustível é muito mais barato na Venezuela

Audiência sobre novo vazamento em campo da Chevron

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) realiza audiência pública, amanhã, para tratar do novo vazamento de óleo no Campo do Frade, na Bacia de Campos (RJ), operado pela empresa Chevron. O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), quer debater medidas para evitar novos acidentes.

A Chevron suspendeu as atividades enquanto busca as causas do vazamento, o segundo no local em quatro meses. Foram convidados para o debate o delegado da Polícia Federal responsável pelo caso, Fábio Scliar, e representantes da Chevron, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), do Ibama e do Ministério Público.

Promessa do governo federal de enviar ao Congresso, já em abril, um novo e amplo marco regulatório de prevenção de calamidades e investimentos em ações de defesa civil permitiu acordo sobre medida



Casildo Maldaner (D) apresenta relatório favorável ao PLV 4/12, acatado em votação simbólica. À mesa, Sarney e Marta

Após compromisso, MP da Defesa Civil é aprovada

O SENADO APROVOU ontem, em votação simbólica, a Medida Provisória da Defesa Civil, na forma de projeto de lei de conversão da Câmara. A matéria segue para sanção.

O relator no Senado, Casildo Maldaner (PMDB-SC), havia promovido alterações no texto enviado pelos deputados (PLV 4/12). Porém, o senador desistiu das emendas — que fariam a matéria ter de retornar para a Câmara — quando a Casa Civil e o Ministério da Integração Nacional se comprometeram a enviar, no próximo mês, proposta de um novo marco regulatório para a defesa civil.

Na opinião do líder do DEM, Demóstenes Torres (GO), o PLV 4/12 “é uma boa carta de princípios, mas efetividade não há”. No entanto, a oposição votou a favor da matéria depois de o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), confirmar o compromisso.

— Que o governo, com sua boa vontade, envie em abril essa proposta ampla, contemplando todas as diretrizes e garantindo recursos para sua execução, para tranquilizar a nação e sermos previdentes, porque todos os anos ocorrem desastres e a população sofre — afirmou Casildo.

Segundo o relator, o texto do governo incluirá as emendas que ele apresentaria à MP — como a que institui a Contribuição de Intervenção no

VEJA OS PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA

O PLV 4/12 cria a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, organiza o sistema nacional do setor e autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres

Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

► Prevê atuação articulada entre União, estados, Distrito Federal e municípios, com participação da sociedade, para redução de desastres e apoio às comunidades.

Obrigações da União

► Criar o Plano Nacional de Defesa Civil, para, com o apoio de centros de pesquisa, identificar riscos de desastres, montando rede de monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico e de produção de alertas antecipados.

Obrigações dos estados

► Criar o Plano Estadual de Defesa Civil, voltado à identificação de áreas de risco, ao monitoramento e à prevenção.

► Declarar estado de calamidade pública ou situação de emergência.

Obrigações dos municípios

► Fiscalizar áreas de risco e vedar novas ocupações nessas áreas. Podem fazer intervenções preventivas e evacuações.

► Administrar abrigos provisórios para assistência às pessoas em situação de desastre e manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos.

► Mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre, realizar exercícios simulados e promover o treinamento de voluntários.

Obrigações de todos os entes

► Desenvolver uma cultura nacional de prevenção de desastres.

► Estimular a reestruturação econômica das áreas atingidas.

Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec)

► Deverá contribuir com planejamento, articulação e execução dos programas.

► Terá um órgão central coordenador e um órgão consultivo, o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (Conpdec).

► Em caso de desastre natural, poderá coordenar a transferência de recursos da União para estados, Distrito Federal e municípios.

Cadastro nacional de municípios com áreas de risco

► Será criado pelo governo federal, com áreas suscetíveis a deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos de risco.

► O plano diretor dos municípios incluídos no cadastro deverá conter mapeamento e identificação de áreas de risco, planejamento de ações de intervenção preventiva e realocação de populações.

► Também deve constar do plano diretor, a ser aprovado em cinco anos por suas câmaras municipais, parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Domínio Econômico sobre a contratação de seguros (Cide Defesa Civil) — e sugestões da Comissão Temporária da Defesa Civil do Senado, de 2011.

O texto aprovado originou-se da MP 547/11, que trancava a pauta da Casa e perderia hoje a validade. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Aécio

Neves (PSDB-MG) e Demóstenes reclamaram do pouco tempo que o Senado teve para apreciá-la: oito dias.

Segundo eles, o problema é recorrente e só será resolvido quando a Câmara aprovar a PEC 11/11, que estipula um mínimo de 30 dias para o Senado analisar cada MP.



Alfredo Nascimento diz que cidade tem sofrido blecautes desde 2010

Senadores pedem ajuda contra longos apagões em Manaus

Manaus tem sofrido blecautes sistemáticos desde 2010, reclamaram Alfredo Nascimento (PR-AM) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Domingo e segunda-feira a cidade sofreu com longos períodos de falta de luz, de até 4 horas. A Eletrobras Amazonas Energia, empresa responsável pelo abastecimento, alega que o sistema ficou pequeno para atender a cidade.

No ano passado, houve apagão em novembro, e este ano, em janeiro. Nos últimos seis meses, foram seis. Nascimento avaliou que os prejuízos para o setor lojista podem alcançar R\$ 7,5 milhões. O senador informou que semáforos ficaram desligados, tornando caótico o trânsito na cidade.

Vanessa afirmou que o governo federal destinou R\$ 3,2 bilhões para a Eletrobras investir na região Norte, dos quais mais de 700 milhões seriam usados exclusivamente no sistema de distribuição de eletricidade. Os dois senadores pediram que o governo federal auxilie o estado a resolver o problema e lembraram que melhorias no abastecimento de energia elétrica em Manaus foram promessas de campanha da presidente Dilma Rousseff.



Vanessa Grazziotin lembra compromisso assumido por Dilma

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Marta critica ataques sofridos por homossexuais

Os recentes ataques terroristas contra minorias na França levaram Marta Suplicy (PT-SP) a lamentar o recrudescimento do racismo e da violência. Ela manifestou indignação contra a xenofobia e comparou a situação francesa com a do Brasil, onde os ataques a homossexuais têm aumentado.

— Nós temos o aumento de assassinatos e da violência no Brasil contra as pessoas GLBT. Isso sem falar de crimes cada vez mais perversos, como o ocorrido no interior de São Paulo, onde um pai foi atacado por andar abraçado com um filho — disse.

Marta criticou o aumento de manifestações de intolerância desse tipo em audiências públicas no Senado.

Paim alerta para onda de violência contra moradores de rua

Paulo Paim (PT-RS) alertou para o grande número de casos de violência contra moradores de rua.

Apenas neste ano, houve 165 assassinatos no país — um assassinato a cada dois dias.

Desses 165, sublinhou, 113 não tiveram investigações policiais conclusivas, ou seja, os criminosos não foram identificados nem punidos.

— Perdemos a capacidade da indignação?

Paim pediu aos deputados a aprovação do projeto de sua autoria que cria o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Para Suplicy, Ab'Saber foi um "geógrafo extraordinário"

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto de pesar pela morte do geógrafo Aziz Ab'Saber. Ele morreu na sexta, aos 88 anos.

Suplicy chamou Ab'Saber de "geógrafo extraordinário". Segundo o senador, ele incentivava que os jovens viajassem pelo Brasil para conhecer a geografia nacional.

Suplicy disse que Ab'Saber realizou estudos de grande importância acadêmica sobre a Amazônia.

Ele lembrou que o geógrafo foi consultor ambiental do PT, mas não deixou de fazer críticas à política ambiental do governo federal.



A senadora Ana Rita (E), relatora da CPI mista, a deputada Keiko Ota e Aparecida Gonçalves, durante a exposição da presidente da comissão, deputada Jô Moraes

“Faltam serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência”

A carência de estrutura e de recursos e o grande número de agressões foram o foco de audiência na CPI da Violência contra a Mulher

A FALTA DE estrutura e de recursos para o atendimento de mulheres vítimas de violência e o grande número de agressões no Brasil foram o foco da audiência pública promovida ontem pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Violência Contra a Mulher.

A subsecretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, apresentou dados do Ligue 180 — serviço telefônico da Central de Atendimento à Mulher, criada em 2005 e ligada à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República — que contabilizou em 2010 aumento de 128% no total de denúncias de violência

contra a mulher em relação ao registrado no ano anterior. Foram 615.791 registros entre janeiro e outubro do ano passado, contra 269.258 casos no mesmo período de 2009.

A central recebe em média 1.828 chamadas por dia, 89% feitas pela própria vítima. As agressões, no caso de 40,6% das vítimas, ocorrem há pelo menos dez anos e em 58,6% dos casos são diárias. Aparecida pediu que estados e municípios participem mais ativamente do combate a essa violência.

— Em um país que a cada dez ou 15 minutos uma mulher é agredida, não temos serviço especializado para atendimento às mulheres nem em 10% dos municípios — disse.

Segundo a subsecretária, 59% das mulheres que sofrem violência não são dependentes financeiramente de seus companheiros, “o que mostra que não é uma questão de dependência financeira e, sim, de dependência afetiva”.

Homicídios

O Brasil é o 12º em taxa de homicídio feminino no mundo, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde. O Espírito Santo, estado com maior número de abusos contra mulheres proporcionalmente à população, registra mais ocorrências que a Costa do Marfim e o Sudão.

Aparecida disse que há 963 unidades de atendimento

à mulher em todo o Brasil, incluindo delegacias, centros de referências, juizados, varas adaptadas e abrigos. Somente na cidade de São Paulo há 129 dessas delegacias — o que ainda é pouco para a população local e mostra o déficit de centros especializados no restante do território nacional.

— A violência contra as mulheres não é só um problema de segurança pública, de saúde pública ou de assistência social. Também é um problema de educação, de trabalho e renda, e de cultura. Portanto, perpassa todas as ações de políticas públicas. Temos de ter a firmeza e a perspectiva de trabalhar com a interdisciplinaridade — concluiu.

PF quer acesso direto a conversas telefônicas

Delegados da Polícia Federal pediram à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas que ajude a dar-lhes o direito a solicitar dados telefônicos diretamente às operadoras, sem terem de pedir autorização à Justiça.

— O apelo foi para suprir lacunas na lei e, dessa forma, superar dificuldades que a Polícia Federal enfrenta nos processos de investigação — disse a relatora da CPI, Lídice da Mata (PSB-BA).

A sugestão foi feita durante audiência em que a CPI do Tráfico de Pessoas ouviu o delegado da PF Luis Vanderlei Pardi sobre o caso de cinco brasileiras que foram impedidas de embarcar, em março, para a África.

Ele disse acreditar que as jovens cairiam em poder de quadrilha internacional de tráfico de mulheres. Suspeito de agenciar o negócio, o taxista que acompanhava o grupo está detido.

A audiência pública foi a portas fechadas para evitar o vazamento de informações que ainda estão sendo investigadas. O encontro foi coordenado pela presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Lídice da Mata salientou existir hoje no país amplo mercado clandestino de informações pessoais, inclusive de cadastros de situação de crédito. No entanto, contra-

ditoriamente, a polícia não tem acesso a esses dados de forma direta.

A senadora disse que qualquer projeto para alterar a legislação depende de estudo, mas admitiu a possibilidade de haver mecanismo que envolva controle judicial posterior.

— Vamos estudar se é possível esse controle *a posteriori*, em que o agente policial terá depois de prestar contas de suas ações à Justiça —

assinalou a parlamentar.

As brasileiras foram abordadas quando se preparavam para embarcar para a Namíbia, com escala na África do Sul. Os policiais suspeitaram que a suposta excursão de estudantes pudesse não ser uma simples viagem a passeio. Um forte indício foi o fato de nenhuma das moças ter passagem de volta, só de ida.

Também não havia qualquer parentesco entre elas e o acompanhante do grupo, o taxista investigado. Para livrar-se dos policiais, ele decidiu abrir sua caixa de *e-mails* para mostrar que foi o responsável pela compra das passagens.

Nesse momento, o delegado da Polícia Federal identificou troca de informações com dois angolanos, apontados como os contratantes das jovens para atividades de prostituição na Namíbia. As mensagens revelaram que elas haviam sido escolhidas num álbum virtual erótico.



Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata participam da audiência da CPI

Proposta aprovada em comissão do Senado, em decisão terminativa, estabelece que as instituições financeiras forneçam o recibo de quitação integral de débito quando solicitadas pelo interessado

Recibo de quitação deverá ser entregue em 10 dias

AS INSTITUIÇÕES INTERGRANTES do Sistema Financeiro Nacional poderão ser obrigadas a emitir recibo de quitação integral de débito de qualquer natureza, em 10 dias corridos, quando solicitado pelo interessado.

A definição do prazo foi proposta no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 110/11, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em decisão terminativa — não precisa passar pelo Plenário.

Originalmente, a proposta estabelecia a emissão do recibo em 5 dias úteis, contados da comprovação da liquidação do débito. Emenda apresentada pelo senador Cyro Miranda (PSDB-GO), e acolhida pelo relator, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), estendeu o prazo.

O texto prevê, entretanto, situações em que a regra não se aplica. No caso de contratos de financiamento imobiliário, por exemplo, a instituição financeira deverá fornecer o

termo de quitação da dívida 30 dias após a data da liquidação. Não seriam alcançados também os contratos regulados por procedimentos e prazos legais específicos, cabendo à instituição financeira esclarecer a excepcionalidade na resposta ao interessado.

A demora na entrega do recibo de quitação de dívidas motivou a apresentação do PLC 110/11, segundo Aloysio Nunes. Para ele, a providência para corrigir a falha é “oportuna e conveniente”.



José Cruz/Agência Senado

Presidida por Requião, comissão rejeitou outros 27 projetos sobre datas

Calendário poderá ter mais 29 datas comemorativas

O Brasil poderá contar, em breve, com 29 novas datas comemorativas. Todas estão previstas em projetos de lei aprovados terminativamente ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Entre elas, estão o Dia Nacional da Poesia, a ser festejado em 31 de outubro, data de nascimento de Carlos Drummond de Andrade. E o Dia Nacional da Música Popular Brasileira, a ser festejado a 17 de outubro, aniversário da compositora Chiquinha Gonzaga.

O Dia Nacional da Poesia está previsto no Projeto de Lei do Senado (PLS) 501/09, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). E a homenagem à música popular brasileira consta do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 203/09.

O único voto contrário foi do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), para quem essas homenagens não deveriam estar previstas em leis federais. Para ele, as pessoas interessadas em comemorar alguma data estão livres para fazê-lo, sem a necessidade de uma lei nesse sentido.

Entre os projetos aprovados ontem, está o PLS 26/10, do senador Paulo Paim

(PT-RS), que cria o Dia Nacional do Oficial de Justiça.

Outras 25 propostas são resultados de projetos de lei da Câmara e criam os seguintes dias nacionais: dos Direitos Humanos; do Quilo; do Turismo; do Ouvidor; da Educação Ambiental; de Segurança e de Saúde nas Escolas; dos Portadores de Vítima; do Paisagista; de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas; de Combate e Prevenção à Trombose; do *Reggae*; das Hemoglobinopatias; de Valorização da Família; da Silvicultura; do Jogo Limpo; do Maquinista Ferroviário; do Cooperativismo de Crédito; do Suinocultor; do Municipalista Brasileiro; do Atleta Paraolímpico; do Securitário; de Conscientização e Incentivo ao Diagnóstico Precoce do Retinoblastoma; do Artesão; da Advocacia Pública; e do Aniversário do Buda Shakyamuni.

Único item não terminativo, o PLC 97/08 institui o Dia Nacional do Supervisor Educacional e será votado no Plenário.

Foram rejeitados outros 27 projetos que instituíam datas comemorativas.

Vanessa sugere que bola da Copa se chame Caramuri

A campanha para dar à bola da Copa do Mundo de 2014 o nome de Caramuri chegou ontem ao Senado. Representante da Associação Amazonense de Municípios, Beto Mafra expôs aos integrantes da Comissão de Educação as vantagens de se dar à bola o nome dessa fruta, que tem as cores do país e só pode ser colhida de quatro em quatro anos — exatamente em datas coincidentes com a realização da Copa.

Em língua indígena, expôs Mafra, caramuri significa fruta da floresta que alimen-

ta homens e animais. Junto às folhas verdes, ela tem casca amarela e semente azul, construindo a mesma combinação de cores da bandeira brasileira.

Mafra foi convidado à comissão por iniciativa da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Após a exposição, ela observou que, ao se dar à bola da Copa de 2014 um nome indígena, ajudasse a promover a Amazônia.

— Estaremos, com isso, divulgando a nossa região, que tanta importância tem para o país. A cara do Brasil é a Amazônia — disse.



Emenda de Cyro Miranda (D) aumentou o prazo de entrega do recibo de quitação de 5 dias úteis para 10 corridos

Consulta a cadastro de pagador pode não gerar responsabilização

Quem consultar banco de dados com informações sobre o pagamento de débitos por parte de pessoas físicas ou jurídicas para concessão de crédito ou venda a prazo, por exemplo, poderá ficar livre de responder solidariamente por eventuais danos materiais e morais causados ao cadastrado.

O projeto (PLS 331/11), de Armando Monteiro (PTB-PE), foi aprovado ontem pela CAE. E já havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para Armando, a responsabilidade objetiva e solidária por eventuais danos materiais e morais só pode ser atribuída ao banco de dados e à fonte das informações. Essa responsabilização já está estabelecida na Lei do Cadastro Positivo (Lei 12.414/11), mas hoje alcança também quem consultá-las.

— Não tem sentido responsabilizar o consulente, que é apenas usuário do banco de dados, por informações equivocadas. A adesão ao cadastro é voluntária, cabendo ao gestor do banco manter meios seguros de consulta sobre adimplemento do consumidor e corrigir informações errôneas — disse.

Armando observou que, se a pessoa que fez a consulta usar indevidamente os dados, poderá responder em ação civil comum. O relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), concordou com o parecer. A matéria segue para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Adiada votação sobre redução de ajuda de custo a parlamentares

A CAE adiou a votação de projeto de decreto legislativo que reduz o pagamento da ajuda de custo a senadores e deputados federais. O relator da proposta, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), defendeu a aprovação, dizendo-se convencido de que o auxílio financeiro, criado em 1948, perdeu o objetivo.

— Naquela época, os parlamentares se mudavam para o Rio de Janeiro com as suas famílias e, só ao final da sessão legislativa, retornavam para os seus estados. Hoje, nós vamos e voltamos toda a semana para nossos estados — comentou Lindbergh.

Por iniciativa de Ivo Cassol (PP-RO), o PDS 71/11 foi retirado de pauta e acabou sendo objeto de pedido de vista coletiva. Cassol afirmou sua intenção de analisar melhor o projeto e avaliou que “quem é contra isso [o pagamento da ajuda de custo], no mínimo, deveria devolver o dinheiro aos cofres públicos”.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu emenda ao relator para reverter os recursos gastos atualmente com a ajuda de custo em favor do programa de renda básica de cidadania.

Apresentado pela senadora licenciada Gleisi Hoffmann (PT-PR), atual ministra da Casa Civil, o projeto prevê que o auxílio seja pago no início e no final do mandato, e não mais no início e no fim de cada ano.